



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei Orgânica n.º 1/2019, de 29 de Março

Segunda alteração à lei da paridade nos órgãos do poder político, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto - [DOC](#)

Lei n.º 28/2019, de 29 de Março

Estabelece uma presunção de entrada legal na concessão de autorização de residência para o exercício de atividade profissional, procedendo à sétima alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional - [DOC](#)

Lei n.º 27-A/2019, de 28 de Março

Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo - [DOC](#)

Lei n.º 27/2019, de 28 de Março

Aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas não penais e outras sanções pecuniárias fixadas em processo judicial, procedendo à sétima alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, trigésima terceira alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, sétima alteração ao Código de Processo Civil, décima terceira alteração ao Regulamento das Custas Processuais, trigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal, quarta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro - [DOC](#)

Lei n.º 26/2019, de 28 de Março

Regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública - [DOC](#)

Lei n.º 25/2019, de 26 de Março

Quarta alteração à lei-quadro das contraordenações ambientais, consagrando o princípio do não aviso prévio de ações de inspeção e fiscalização - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 49/2019, de 15 de Abril

Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985 - [DOC](#)

**Decreto-Lei n.º 47/2019, de 11 de Abril**

Cria o mecanismo de alerta precoce quanto à situação económica e financeira das empresas - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 42/2019, de 28 de Março

Estabelece o regime da cessão de créditos em massa - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 38/2019, de 18 de Março

Altera o mapa judiciário, reforçando a especialização dos tribunais judiciais - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 11/2019, de 4 de Abril

Declaração de retificação à Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro, «Medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio entre arrendatários e senhorios, a reforçar a segurança e a estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade» - [DOC](#)

Portaria n.º 110/2019, de 12 de Abril

Portaria que regulamenta os termos e as condições previstas nos n.ºs 2, 3, 4 e 5 do artigo 72.º do Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 2.º da Lei n.º 3/2019, de 9 de janeiro - [DOC](#)

Portaria n.º 99/2019, de 4 de Abril

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 328/2018, de 19 de dezembro, que define o regime de certificação de empresas tendo em vista o acolhimento de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver uma atividade altamente qualificada em Portugal - [DOC](#)

Portaria n.º 97/2019, de 2 de Abril

Fixa a percentagem de receitas do Fundo de Estabilização Tributário - [DOC](#)

Portaria n.º 95/2019, de 29 de Março

Alteração da Portaria n.º 34/2017, de 18 de janeiro, que regula a criação da medida Contrato-Emprego - [DOC](#)

Portaria n.º 93/2019, de 28 de Março

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 267/2018, de 20 de setembro, sobre alteração dos regimes de tramitação eletrónica dos processos nos tribunais judiciais e nos tribunais administrativos e fiscais (Citius/SITAF) - [DOC](#)

Portaria n.º 80/2019, de 18 de Março

Procede à 7.ª alteração do Regulamento do Registo Comercial, aprovado em anexo à Portaria n.º 657-A/2006, de 29 de junho, alterada pelas Portarias n.ºs 1416-A/2006, de 19 de dezembro, 562/2007, de 30 de abril, 234/2008, de 12 de março, 4/2009, de 2 de janeiro, 1256/2009, de 14 de outubro, e 233/2018, de 21 de agosto - [DOC](#)

Despacho n.º 2912/2019, de 19 de Março

Constituição da comissão de acompanhamento do período de transição das associações mutualistas sujeitas ao regime de supervisão - [DOC](#)

Despacho Normativo n.º 12/2019, de 18 de Abril

Despacho Normativo que procede à alteração do Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho (Pedido de reembolso do IVA e inscrição no regime mensal) - [DOC](#)

Aviso n.º 6781/2019, de 15 de Abril

Consulta Pública - Projeto de Regulamento de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, aprovado pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados - [DOC](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 1199/XIII (PCP), 16 de Abril

Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários - [DOC](#)

Anteprojeto de texto de substituição - Projetos de Lei 225/XIII (CDS), 734/XIII e 735/XIII (PS) e 1053/XIII (PSD)

Aprova as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um Registo de Transparência da Representação de Interesses junto da Assembleia da República - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Programa de Estabilidade 2019-2023 - [DOC](#)

Programa Nacional de Reformas 2016 - 2023 - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 24 de Abril - [DOC](#)

ponto 1. Conselho de Ministros aprovou hoje o decreto-lei que procede à alteração ao Código do IVA, dando execução à autorização legislativa concedida ao Governo pela Lei do Orçamento do Estado para 2019 no que respeita à tributação da eletricidade e do gás natural em sede de IVA.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 18 de Abril - [DOC](#)

ponto 4. Foi aprovado o decreto-lei que regulamenta o funcionamento do Conselho Económico e Social, de forma a clarificar alguns aspetos relativos estatuto dos membros do gabinete do presidente do CES, equiparando-os a membros dos gabinetes de membros do Governo.

Comunicado do Conselho de Ministros Extraordinário, de 15 de Abril - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje, por via eletrónica, o Programa de Estabilidade 2019-2023. O documento prossegue a estratégia económica e orçamental definida no Programa de Governo, centrada no crescimento da economia, na promoção da coesão social e na consolidação sustentável das contas públicas.

ponto 2. Foi aprovada a versão final e completa do Programa Nacional de Reformas 2019-2023.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 11 de Abril - [DOC](#)

ponto 3. Foi aprovada a resolução que prevê a possibilidade de apresentação de pedidos de credenciação de segurança de forma desmaterializada, através da plataforma "Credenciação de Segurança Online".

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

REGULAMENTAÇÃO

Regulamento da CMVM n.º 4/2019, de 29 de Março - Mercados Regulamentados e Sistemas de Negociação Multilateral e Organizado - [DOC](#)



CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Intervenção da Presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, sobre “**Os emitentes e o imperativo de uma mudança com propósito**”, proferida na **AEM** - [DOC](#)

Relatório anual de **supervisão da atividade de análise financeira** - 2018 - [DOC](#)

Risk Outlook - March 2019 - [DOC](#)

Reunião do **Conselho Nacional de Supervisores Financeiros** de 13 de Março de 2019 - [DOC](#)

João Sousa Gião reeleito **Presidente do Comité de Convergência de Supervisão da ESMA** - [DOC](#)

EBA publica versões em língua portuguesa das **Orientações sobre a interpretação e aplicação harmonizada dos critérios STS em titularização** - [DOC](#)

CMVM divulga Perguntas e Respostas sobre o **Brexit** - [DOC](#)

Alterações no processo de **tratamento de reclamações visam resposta mais célere** - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **day-trading** - 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Março - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Março - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Março - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Março - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 1/2019, de 22 de Abril - Projeto de Instrução relativa às comunicações no âmbito do Regulamento (UE) n.º 648/2012 - [DOC](#)

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 6/2019 - Divulga, para o 2.º trimestre de 2019, as taxas máximas a praticar nos contratos de crédito aos consumidores no âmbito do DL n.º 133/2009 - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Relatório **Anual da Actividade de Cooperação** – 2018 - [DOC](#)

Relatório da **Actividade Estatística** – 2018 - [DOC](#)

Relatório e Infografia de **Supervisão Comportamental** – 2018 - [DOC](#) - [DOC](#)

Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito - Resultados para Portugal - [DOC](#)

Sistema bancário português: desenvolvimentos recentes - 4º trimestre de 2018 - [DOC](#)



Evolução das **contas de serviços mínimos bancários** - Infografia - 2018 - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2019: Abril - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 4/2019: 1º Suplemento - Abril - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 3/2019 - Março - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Abril - [DOC](#)

Revista de Estudos Económicos, n.º 2, Volume V - Abril - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Intervenção inicial do Governador Carlos da Silva Costa na II Comissão Parlamentar de **Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco** - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, na Conferência Banco de Portugal e FMI: **"Portugal: Reform and Growth Within the Euro Area"** - [DOC](#)

Artigo da Vice-Governadora, Elisa Ferreira, publicado na Revista do Eurofi: **"Enabling the orderly management of failing locally systemic relevant banks"** - [DOC](#)

Artigo de opinião da Administradora Ana Paula Serra no relatório **"Gender Balance Index 2019"**: **"Promoting a culture of social responsibility"** - [DOC](#)

Rede internacional para a **responsabilidade ambiental no setor financeiro** realizou a sua reunião anual - [DOC](#)

Recebimentos dos fundos europeus relativos ao atual período de programação deverão recuperar nos próximos anos - [DOC](#)

Banco de Portugal publica **agendas** dos membros do Conselho de Administração - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre o Relatório de **Supervisão Comportamental** de 2018 - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **reserva contracíclica de fundos próprios** – 2.º trimestre 2019 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Síntese da atividade sancionatória do Banco de Portugal: 1º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Estatísticas bancárias Internacionais em base consolidada: 4º trimestre de 2018 - [DOC](#)

Estatísticas das empresas da central de balanços: 4º trimestre de 2018 - [DOC](#)

Contas nacionais financeiras: 4º trimestre de 2018 - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Fevereiro - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Fevereiro - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Fevereiro - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Fevereiro - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Fevereiro - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Fevereiro - [DOC](#)

Emissões de títulos: Fevereiro - [DOC](#)



Dívida pública: Fevereiro - [DOC](#)

Análise do setor automóvel: 2017 - [DOC](#)

Análise do setor da construção: 2017 - [DOC](#)

CNSF - CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS

Relatório de Atividades de 2018 - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Informação Vinculativa n.º 2019000217 - Dedução ao lucro tributável do período, dos prejuízos fiscais que foram gerados pela própria entidade que os pretende deduzir e os gerados por duas entidades que anteriormente foram incorporadas numa operação de fusão - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 20182359 - Mais-valias - Reinvestimento do valor de realização de Ativo Fixo Tangível em período de tributação diferente do período da alienação - artigo 48.º do CIRC - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2016000569 - Tributação da mais-valia fiscal a 50%: consequências da não indicação da intenção de reinvestir na IES e da não concretização do reinvestimento - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2015001262 - Gastos relativos a participação nos lucros: decisão em assembleia geral realizada para o efeito no decurso do período de tributação a que o lucro respeita - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30211/2019 - Alterações ao Código do IVA - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20209/2019 - IRC - Taxas de Derrama Incidentes sobre o Lucro Tributável do Período Fiscal de 2018 - [DOC](#) - [ANEXO](#)

Ofício-circulado n.º 20208/2019 - OE 2019: Dispensa de Pagamento Especial por Conta (PEC) - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 134/2019, de 27 de Fevereiro

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma do Estatuto da Aposentação, que determina que a aposentação voluntária se rege pela lei em vigor no momento em que for proferido o despacho a reconhecer o direito à aposentação, com fundamento nos artigos 2.º e 13.º da Constituição. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 26 de Março

I. Considerando o âmbito funcional dos deveres de informação (completa, verdadeira, actual, clara e objectiva) que impendem sobre o intermediário financeiro, determinado pelo grau de conhecimentos e experiência do seu cliente - no caso, um investidor conservador e que, afinal, actuou convicto de que estava a colocar o seu dinheiro numa aplicação com as características de um depósito a prazo, sendo, portanto, não familiarizado com o produto financeiro (obrigação subordinada) em causa -, não cumpre tais deveres o banco que, naquela qualidade, fez crer a este que o capital que lhe propôs investir no produto poderia ser recuperado com rapidez e, sobretudo, que era garantido pelo próprio banco e como um depósito a prazo.

II. Mostrando-se que o cliente nunca teria adquirido a obrigação referida se o intermediário financeiro o tivesse informado de forma completa e verdadeira, designadamente de que o reembolso do capital investido não era garantido pelo banco, mostra-se preenchida a conditio sine qua non do dano e, por outro lado, em função das circunstâncias conhecidas e cognoscíveis de todo o processo factual e segundo as regras da experiência comum e um critério de verosimilhança e de probabilidade, o facto de este ter violado o bem jurídico tutelado pelo dever de informação a que estava vinculado, não só não se mostra indiferente como foi apto a produzir o não reembolso do capital - a lesão verificada -, independentemente de este ter sido também condicionado pela superveniente insolvência da emitente da obrigação, sendo, pois, razoável impor ao intermediário a responsabilidade por esse resultado. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 26 de Março

I. Na ação relativa a um contrato de permuta de taxas de juro, ou contrato de swap, celebrado com um investidor não qualificado, é sobre o Banco réu que recai o ónus de provar o cumprimento dos deveres de informação que lhe são impostos pelo CVM, nos termos do disposto no n.º 3 do art. 5.º da LCCG - aplicável ex vi do disposto no art. 321.º daquele diploma (na redação em vigor à data dos factos, introduzida pelo DL n.º 357-A/2007, de 31-10).

II. O facto de no contrato ter ficado a constar que o cliente declarou compreender e aceitar integralmente a operação e respetivos riscos e o facto de a autora ter assinado o documento de confirmação de contrato de permuta da taxa de juro, no qual constava ter declarado ter sido informada do risco assumido, nada releva por si só para os efeitos em questão.

III. Isto quando em causa estão documentos referentes a declarações negociais com cláusulas pré-determinadas, ou seja de contratos de adesão que, nos termos dados como provados, foram elaboradas pelo réu sem que, como tal, tivessem sido objeto de prévia negociação.

IV. Para se considerar demonstrado o referido dever de informação, não basta provar que a celebração dos contratos foi precedida de reuniões e de troca de correspondência, quando se mostra provado que os representantes da autora não perceberam na íntegra o teor das cláusulas do contrato nem a complexidade das operações que antecederam a assinatura do contrato swap e que o Banco réu não esclareceu os representantes da autora sobre os cálculos envolvidos para o apuramento dos montantes a que se vinculava, não esclareceu as características, os objectivos nem os riscos da operação resultante desse contrato. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 12 de Março

I. Nos termos do artigo 6º, nº3 do CSComerciais «Considera-se contrária ao fim da sociedade a prestação de garantias reais ou pessoais a dívidas de outras entidades, salvo se existir justificado interesse próprio da sociedade garante ou se se tratar de sociedade em relação de domínio ou de grupo.».

II. Impende sobre a sociedade garante que invoca a nulidade da garantia por si prestada com o objectivo de se fazer valer de tal nulidade para não ter de cumprir a obrigação garantida, o ónus de alegação e prova da inexistência de interesse próprio, ou seja, o ónus da prova dos requisitos da existência da tal invalidade do acto, de que se pretende aproveitar, sendo que a razão principal para tal reside na circunstância de que ninguém melhor do que a própria sociedade que presta a garantia, poderá certificar que a mesma foi prestada no seu próprio interesse e esta é a posição maioritária deste Supremo Tribunal de Justiça.

III. Tendo a sociedade garante/Recorrente, invocado a nulidade da apontada garantia por a escritura cometida em sede de escritura pública de constituição de hipoteca, estar eivada de falsidade, deveria ter arguido tal vício, em termos adequados e no momento próprio, isto é, em sede de contestação de harmonia com o preceituado no normativo inserto no artigo 444º, nº, nºs 1



e 2 do CPCivil e tendo sido apenas abordada aquando do recurso de Apelação, apresenta-se como questão nova que transcende o objecto do recurso.

IV. Constituinte ónus da garante a alegação e prova da invalidade da garantia prestada, por inexistir qualquer interesse próprio na sua prestação, nos termos do artigo 342º, nº2 do CCivil, se omitir tal imposição legal faz conduzir a sua pretensão ao insucesso.

V. O documento de constituição de hipoteca não faz prova plena quanto às declarações nele apostas, máxime o interesse societário na prestação das garantias, podendo assim a sua força ser destruída por qualquer meio de prova legal, independentemente de uma eventual arguição da sua falsidade, o que, na espécie, não foi suscitada.

V. Tendo a Recorrente baseado a sua defesa apenas na circunstância da garantia ter sido prestada a título gratuito, factualmente essa que não logrou provar, como resulta da materialidade que se deu como não apurada, e, essa ausência de prova não contende com o que ficou decidido no Acórdão fundamento, já que aí se deixou assente que «[N]ão se mostrando provado que a sociedade tivesse interesse na prestação das garantias, há que concluir que não se encontra preenchido o interesse justificado próprio da sociedade garante a que alude a parte final do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do CSC.».

VI. Isto quer dizer o seguinte: o ónus de alegação e prova dos factos impeditivos do direito impende como no Acórdão fundamento, sobre o garante, porquanto foi ele que constituiu a garantia, artigo 342º, nº2 do CCivil; o ónus de alegação e prova dos factos constitutivos do direito de crédito alegado pelo credor reclamante na qualidade de beneficiário de garantia hipotecária alegadamente constituída pela sociedade em benefício dos devedores de que houve justificado interesse daquela na constituição de tal garantia hipotecária, nestas precisas circunstâncias, impenderá sobre o titular da garantia, artigo 342º, nº1 do CCivil.

VII. São duas realidades correspondentes às duas faces de uma mesma moeda e que só aparentemente se contradizem: de um lado temos os factos concretizadores de uma excepção obstativa da procedência de um direito de crédito; de outro lado, temos a concretização da materialidade consubstanciadora daquele mesmo direito.

VIII. Se o Autor invoca determinado direito na acção é suposto que tenha de alegar e provar os factos que o integram, sendo obrigação da parte contra quem aquele direito é invocado, a alegação e prova dos factos anormais que possam impedir a sua operância. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 6 de Março

I. Para além da natureza excecional do contrato de trabalho a termo resolutivo, o motivo justificativo tem que constar expressamente no contrato com a menção dos factos que o integram, e apenas estes podem ser atendidos para aferir da validade do termo e estabelecimento do nexa causal para a celebração daquele contrato por aquele concreto período de tempo.

II. É insuficiente como motivo justificativo do termo, conduzindo à sua invalidade, a consignação no contrato de que este vigora pelo prazo de 6 meses, por a empregadora necessitar durante este período de tempo de “colmatar as necessidades temporárias, decorrentes do acréscimo excepcional de atividade... na área da Produção, nomeadamente, entre outros, encomendas de exportação para Espanha, Bélgica, Angola, Inglaterra e França, nos termos da alínea f) do nº 2 do Artigo 140º. Da Lei N.º7/2009”. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 21 de Março

I. O art. 40.º do Código Comercial mostra-se aplicável às instituições bancárias e deve entender-se como abrangidas na sua previsão as gravações de chamadas realizadas pelas instituições bancárias no âmbito da atividade bancária e no contacto/relação daquelas com os seus clientes.

II. A conservação da gravação de tais chamadas mostra-se essencial para a tutela dos direitos e interesses quer das instituições bancárias como dos seus próprios clientes, titulares dos dados pessoais e cujos direitos fundamentais resultam comprimidos por este tratamento de dados, pelo que o prazo de conservação daqueles registos terá de corresponder, nesse contexto, a um período de tempo que acautele tais interesses, possibilitando a disponibilidade dos elementos necessários à comprovação dos seus direitos.

III. As relações bancárias caracterizam-se como relações de negócio marcadamente duradouras, nas quais emergem prestações permanentes, contínuas e sucessivas, pelo que a deliberação impugnada, na definição do prazo de conservação destas chamadas feitas no quadro de tal relacionamento, não poderia ter-se alheado do prazo de 10 anos previsto no referido art. 40.º, presentes, ainda, as exigências de prova que se colocam no quadro do tempo previsto para o exercício e efetivação de direitos dos sujeitos ou partes envolvidas e do tempo de preparação e decisão dos eventuais processos judiciais onde os litígios que venham a surgir são dirimidos. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 7 de Março

I. Após a vigência do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17-02, os juros aplicáveis aos atrasos de pagamento das transacções comerciais aí previstas - que abrangem as transacções entre empresas e entidades públicas, qualquer que seja a respectiva



natureza, forma ou designação, que dê origem à prestação de serviços contra uma remuneração – são os estabelecidos no Código Comercial, isto é, são juros comerciais (cf. art.º 102.º, § 4.º do Código Comercial);

II. O art.º 1.º da Lei n.º 3/2010, de 27-04, visou o estabelecimento da obrigação do Estado e demais entidades públicas a pagarem juros de mora pelo atraso no cumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias, para as situações que não envolvessem “transações comerciais”, ou seja, para as demais situações que ficassem fora do comércio. Basicamente, visou-se abranger as obrigações civis. Daí, que aquela mesma Lei n.º 3/2010, de 27-04, tenha mantido em vigor o preceituado nos art.ºs 1.º, 2.º, 3.º, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17-02, normativos que se aplicam às transações comerciais;

III. Opera aqui a ressalva do n.º 2 do art.º 1.º da Lei n.º 3/2010, de 27-04, devendo entender-se que os art.ºs 1.º, 2.º, 3.º, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17-02, constituem disposições legais que determinam a aplicação de taxa de juro diversa da referida no art.º 806.º, n.º 2, do Código Civil, designadamente porque estabelecem a obrigação de pagamento de juros comerciais. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 28 de Fevereiro

I. O goodwill é um activo resultante da concentração de actividades empresariais, verificadas certas condições.

II. A concentração ocorre quando uma ou mais pessoas que já controlem pelo menos uma empresa, ou uma ou mais empresas, adquirem o controlo directo ou indirecto da totalidade ou de partes de uma ou mais empresas: Por compra de partes de capital ou de activos, por contrato ou por qualquer outro meio.

III. A aquisição directa ou indirecta, da totalidade de uma empresa, constitui uma das formas mais comuns de concentração empresarial.

IV. O tratamento contabilístico da concentração segue normalmente o método da compra.

V. De acordo com este método, contabilizam-se as aquisições adotando os princípios da compra normal de ativos. Assim, o comprador regista pelo seu justo valor os ativos e passivos adquiridos à data da sua aquisição. (ponto 3.2.1 e 3.2.2. da Diretriz Contabilística n.º 1).

VI. Entende-se por justo valor “... a quantia pela qual um bem (ou serviço) poderia ser trocado, entre um comprador conhecedor e interessado e um vendedor nas mesmas condições, numa transação ao seu alcance.”(DC-1/91, ponto 3.2.3), conceito desenvolvido com mais profundidade na DC n.º 13, onde se descreve também o modo da sua determinação.

VII. Havendo diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos adquiridos, tal diferença deve ser registada na Conta 434 como Goodwill, valor correspondente ao excesso do custo da concentração de actividades empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos activos e dos passivos.

VIII. O goodwill também designado por “fonds de commerce”, ou “aviamento” é tratado contabilisticamente no POC como um trespasse. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 28 de Fevereiro

I. No caso em que o contribuinte faltou à sua obrigação de declarar os seus rendimentos para efeitos de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, a Administração procede à liquidação nos termos do disposto no artigo 90.º n.º 1 alínea b) do respectivo Código, com base na “matéria colectável do exercício mais próximo que se encontre determinada”.

II. O artigo 60.º da Lei Geral Tributária impõe que, neste caso, se faculte ao contribuinte a oportunidade de exercer o seu direito de audição prévia. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Administrativo Sul, de 31 de Janeiro

I. As normas com base nas quais se decide a responsabilidade subsidiária, inclusivamente aquelas que determinam as condições da sua efectivação e o ónus da prova dos factos que lhe servem de suporte, devem considerar-se como normas de carácter substantivo, pois a sua aplicação tem reflexos materiais na esfera jurídica dos revertidos. Nestes termos, a aplicação do regime previsto na L.G.Tributária aos requisitos da reversão da execução fiscal contra responsáveis subsidiários apenas tem suporte legal quando os factos que servem de fundamento à mesma reversão ocorreram depois da sua entrada em vigor (cfr.artº.12, do C.Civil; artº.12, da L.G.Tributária).

II. As contribuições para a segurança social podem definir-se, actualmente, como prestações pecuniárias de carácter obrigatório e definitivo, afectas ao financiamento de uma ampla categoria de despesas do sistema previdencial de segurança social e de outras (designadamente das políticas activas de emprego e de formação profissional), pagas a favor de uma entidade de natureza pública e tendo em vista a realização de um fim público de protecção social.

III. Às contribuições/quotizações para a segurança social, as quais se devem considerar verdadeiros impostos, aplica-se o regime de responsabilidade subsidiária consagrado no artº.24, da Lei Geral Tributária (cfr.anteriormente o artº.13, do C.P.Tributário).

IV. A gerência é, por força da lei e salvo casos excepcionais, o órgão da sociedade criado para lhe permitir actuar no comércio jurídico, criando, modificando, extinguindo, relações jurídicas com outros sujeitos de direito. Estes poderes não são restritos a alguma espécie de relações jurídicas; compreendem tantas quantas abranja a capacidade da sociedade (cfr.objecto social), com a simples excepção dos casos em que as deliberações dos sócios produzam efeitos externos.



V. O gerente goza de poderes representativos e de poderes administrativos face à sociedade. A distinção entre ambos radica no seguinte: se o acto em causa respeita às relações internas entre a sociedade e quem a administra, situamo-nos no campo dos poderes administrativos do gerente. Pelo contrário, se o acto respeita às relações da sociedade com terceiros, estamos no campo dos poderes representativos. Por outras palavras, se o acto em causa tem apenas eficácia interna, estamos perante poderes de administração ou gestão. Se o acto tem eficácia sobre terceiros, verifica-se o exercício de poderes de representação.

VI. Na previsão da al.a), do artº.24, nº.1, da L.G.Tributária, pretendem-se isolar as situações em que o gerente/administrador culpado pela diminuição do património societário será responsável pelas dívidas tributárias cujo facto constitutivo se tenha verificado no período de exercício do seu cargo ou cujo prazo legal de pagamento ou de entrega tenha terminado depois deste, competindo à Administração Fiscal fazer a prova de que foi por culpa sua que o património se tornou insuficiente. Já na al.b), do preceito o gerente é responsável pelas dívidas tributárias cujo prazo legal de pagamento ou de entrega tenha terminado no período do exercício do seu cargo, recaindo sobre o mesmo o ónus da prova de que não foi por culpa sua que o pagamento não se efectuou. Por outras palavras, nas situações em que o gestor exerce, efectivamente, as suas funções e é no decurso desse exercício que se forma o facto tributário ou se inicia o prazo para o pagamento, mas antes que tal prazo se esgote, o gestor cessa as suas funções, o ónus da prova, de que o património da sociedade se tornou insuficiente para a satisfação da dívida por acto culposo do gestor, corre por conta da Fazenda Pública (cfr.alínea a), do artigo 24, da L.G.T.). Se é no decurso do exercício efectivo do cargo societário de gerente que se esgota o prazo para o pagamento do imposto, não vindo ele a acontecer (o pagamento não se efectuou no prazo devido), o ónus da prova inverte-se contra o gerente, sendo ele quem tem de provar que não lhe foi imputável a falta de pagamento (o gestor está obrigado a fazer prova de um facto negativo, poupando-se a Fazenda Pública a qualquer esforço probatório - cfr.al.b), do normativo em exame). Na alínea b), do nº.1, do artº.24, da L. G. Tributária, consagra-se, portanto, uma presunção de culpa, pelo que a Administração Fiscal está dispensada de a provar.

VII. Ao abrigo do regime examinado é pressuposto da responsabilidade subsidiária o exercício de facto da gerência, cuja prova impende sobre a Fazenda Pública, enquanto entidade que ordena a reversão da execução.

VIII. A culpa em causa no artº.24, nº.1, da L.G.T., deve aferir-se pela diligência de um bom pai de família, em face das circunstâncias do caso concreto - isto, quer se entenda que a responsabilidade em causa tem natureza contratual ou extra-contratual (cfr.artºs.487, nº.2, e 799, nº.2, do C.Civil) - e em termos de causalidade adequada, a qual não se refere ao facto e ao dano isoladamente considerados, mas ao processo factual que, em concreto, conduziu ao dano. Sabido que são os administradores ou gerentes quem exterioriza a vontade da sociedade nos mais diversos negócios jurídicos, através dos quais se manifesta a sua capacidade de exercício de direitos, a responsabilidade subsidiária assenta na ideia de que os poderes de que estavam investidos lhes permitiam uma actuação determinante na condução da sociedade. Assim, há que verificar, operando com a teoria da causalidade, se a actuação do gestor da sociedade originária devedora, concretizada quer em actos positivos quer em omissões, foi adequada à insuficiência do património societário para a satisfação dos créditos exequendos. E, nesse juízo, haverá que seguir-se o processo lógico da prognose póstuma. Ou seja, de um juízo de idoneidade, referido ao momento em que a acção se realiza ou a omissão ocorre, como se a produção do resultado se não tivesse ainda verificado, isto é, de um juízo “ex ante”. Por outras palavras, o acto ilícito e culposo que se presume praticado pelo gestor não se fica pela omissão de pagamento do imposto vencido. O que se presume é que o gestor não actuou com a diligência de um “bonus pater familiae”, com a observância das disposições legais aplicáveis aos gestores, em especial ao do artº.64, do C.S.Comerciais, que lhe impõe a observância de deveres de cuidado, de disponibilidade, de competência técnica, de gestão criteriosa e ordenada, de lealdade, no interesse da sociedade e dos sócios que sejam relevantes para a sustentabilidade da sociedade. Apesar da dificuldade que existe na prova de um facto negativo, como é o caso da ausência de culpa, o oponente não pode deixar de alegar e provar factos concretos de onde se possa inferir que a insuficiência patrimonial da empresa se deveu a circunstâncias que lhe são alheias e que não lhe podem ser imputadas. Para afastar a responsabilidade subsidiária por dívidas de impostos cujo prazo de pagamento terminou durante a gestão, o gestor tem pois que demonstrar que a devedora originária não tinha fundos para pagar os impostos e que a falta de meios financeiros não se deveu a qualquer conduta que lhe possa ser censurável. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 28 de Março

I. No âmbito das funções principais do TOC , integram-se designadamente as respeitantes ao cumprimento das boas regras contabilísticas, assumindo ele a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilísticas e fiscal, das entidades sujeitas aos impostos sobre rendimentos que possuam ou devem possuir contabilidade regularmente organizada, devendo o toc exercê-las de forma diligente e responsável, utilizando os conhecimentos e as técnicas ao seu dispor, respeitando a lei, os princípios contabilísticos e os critérios éticos;

II. O TOC, em sede de execução das funções principais indicadas em I, é responsável por todos os actos que pratique no exercício da profissão, incluindo os dos seus colaboradores, razão porque, caso tenha deixado de executar por negligência qualquer acto tributário em nome do seu “cliente”, e do qual resulte para este último um agravamento fiscal, é contratualmente responsável;



III. Porque não estava in casu o Autor/contribuinte obrigado a apresentar junto da autoridade tributária uma “nova” declaração de opção/manutenção em enquadramento fiscal do regime de contabilidade organizada, não podem os RR/TOC ser responsabilizados pelo facto de a Autoridade Tributária oficiosamente ter colocado o autor sob a alçada do regime tributário simplificado, não existindo em rigor qualquer omissão negligente dos RR em sede de execução das suas funções principais para com o Autor. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 26 de Março

I. Com a Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro), Portugal transpôs para a ordem jurídica interna medidas previstas pela Convenção sobre o Cibercrime e a Decisão-Quadro 2005/222/JAI, visando uniformizar legislação reguladora de criminalidade informática e incrementar a cooperação internacional, nos termos de cujos art.ºs. 20 a 26, da Lei do Cibercrime, o legislador previu as medidas específicas de cooperação internacional em matéria de obtenção da prova digital e no art. 27, prevê ainda as situações de aplicabilidade da lei penal portuguesa a fim de solucionar dificuldades práticas que podem surgir com este tipo de criminalidade.

II. Numa sociedade moderna, caracterizada pelo virtual e pela desmaterialização, as pessoas (singulares ou colectivas), continuam a ter um local onde concentram e armazenam o seu património e direitos, mesmo aqueles direitos que só se manifestam de forma desmaterializada, o que coincide, sociologicamente, com o local da residência ou da sede.

III. Num crime de acesso ilegítimo à caixa de correio electrónica de uma pessoa colectiva, o crime deve ter-se como consumado no local onde a ofendida tem a sua sede (Lisboa), apesar do agente ter executado o crime servindo-se da rede de comunicação proporcionada pela internet e quando se encontrava noutra localidade. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 12 de Abril de 2018

I. Quer na selecção dos factos assentes, quer na selecção dos factos controvertidos, o juiz deve ter em conta todos os factos relevantes segundo as várias soluções plausíveis da questão de direito e não apenas os factos que relevam para a solução da questão de direito que tem como aplicável.

II. Assim, na fase do despacho saneador, não pode o juiz decidir de acordo com os factos então assentes e que tem por suficientes para a solução jurídica que considera correcta, desprezando factos ainda controvertidos e relevantes para uma solução jurídica diversa.

III. Colocando-se como defensável a inaplicabilidade ao caso concreto da deliberação do Banco de Portugal que criou o Banco de transição na sequência da medida de resolução do Banco Espírito Santo e definiu os créditos excluídos da responsabilidade daquele, por afectar direitos constitucionalmente protegidos dos cidadãos, não pode logo no despacho saneador e sem produção de prova sobre os factos controvertidos, decidir-se pela ilegitimidade substantiva do Banco de transição, absolvendo-o do pedido. - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 29 de Janeiro

IRC - Dedutibilidade de gastos - Encargos financeiros - Empréstimos a participadas. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

DECISIONS AND REGULATION

Commission Implementing Decision (EU) 2019/541 of 1 April 2019 on the equivalence of the legal and supervisory framework applicable to approved exchanges and recognised market operators in Singapore in accordance with Regulation (EU) No 600/2014 of the European Parliament and of the Council (notified under document C(2019) 2349) - April 2 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/482 of 22 March 2019 amending Commission Implementing Regulation (EU) 2016/1368 establishing a list of critical benchmarks used in financial markets pursuant to Regulation (EU) 2016/1011 of the European Parliament and of the Council - March 25 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/518 of the European Parliament and of the Council of 19 March 2019 amending Regulation (EC) No 924/2009 as regards certain charges on cross-border payments in the Union and currency conversion charges - March 29 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/517 of the European Parliament and of the Council of 19 March 2019 on the implementation and functioning of the .eu top-level domain name and amending and repealing Regulation (EC) No 733/2002 and repealing Commission Regulation (EC) No 874/2004 - March 29 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/496 of the European Parliament and of the Council of 25 March 2019 amending Council Regulation (EC) No 428/2009 by granting a Union general export authorisation for the export of certain dual-use items from the Union to the United Kingdom - March 27 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/495 of the European Parliament and of the Council of 25 March 2019 amending Regulation (EU) No 1316/2013 with regard to the withdrawal of the United Kingdom from the Union - March 27 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/492 of the European Parliament and of the Council of 25 March 2019 amending Regulation (EC) No 391/2009 with regard to the withdrawal of the United Kingdom from the Union - March 27 - [DOC](#)

Directive of the European Parliament and of the Council on copyright and related rights in the Digital Single Market and amending Directives 96/9/EC and 2001/29/EC - April 2 - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Em que consiste o **Acordo de Saída entre a União Europeia e o Reino Unido** - [DOC](#)

Consultation Distance Marketing of Financial Services – evaluation of EU rules - [DOC](#)

European system of financial supervision - [DOC](#)

Fourth Report on the State of the **Energy Union** - [DOC](#)

Capital Markets Union: **European Parliament backs key measures to boost jobs and growth** - [DOC](#)

Capital Markets Union: **Political agreement on a stronger and more integrated European supervisory architecture, including on anti-money laundering** - [DOC](#)

Capital Markets Union: **Creating a stronger and more integrated European financial supervisory architecture, including on anti-money laundering** - [DOC](#)



ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA writes to European Commission on MIFID II/MIFIR review reports - [DOC](#)

ESMA publishes MIFID II supervisory briefing on **appropriateness and execution-only** - [DOC](#)

ESMA updates register of **derivatives to be traded on-venue** under MIFIR - [DOC](#)

ESMA updates Q&A on MIFIR **data reporting** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As on MIFID II and MIFIR **investor protection and intermediaries** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As on MIFID II and MIFIR **commodity derivatives topics** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As on MIFID II and MIFIR **transparency topics** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Orientações da ESMA sobre a **gestão de conflitos de interesses de contrapartes centrais**, versão portuguesa - [DOC](#)

Orientações da ESMA relativas às **medidas de margem de antiprociclicidade para as contrapartes centrais do EMIR**, versão portuguesa - [DOC](#)

ESMA update on **no-deal BREXIT preparations** - [DOC](#)

ESMA updates on its preparations for a possible **no-deal BREXIT scenario** on 12 April - [DOC](#)

ESMA has adopted **new recognition decisions for the three UK CCPS and the UK CSD** in the event of a **no-deal BREXIT** on 12 April - [DOC](#)

Joint Committee report on **risks and vulnerabilities in the EU financial system** - Spring 2019 - [DOC](#)

ESMA annual statistical report on **performance and costs of retail investment products in the EU** - [DOC](#)

Report - **Enforcement and Regulatory Activities** of European Accounting Enforcers in 2018 - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its consultation on **liquidity stress test guidelines for investment funds** - [DOC](#)

ESMA responds to EC consultation on update of reporting guidelines to reflect **climate-related disclosures** - [DOC](#)

ESMA consults on draft **ELTIF technical standards** - [DOC](#)

ESMA issues first PAN-EU overview of use of **supervisory sanctions for UCITS** - [DOC](#)

ESMA issues four positive opinions on **national product intervention measures** - [DOC](#)

ESMA launches third **EU-WIDE CCP stress test exercise** - [DOC](#)

ESMA provides guidance on the **new EMIR refit regime for the clearing obligation** - [DOC](#)

ESMA publishes official translations of guidelines on position **calculation by TRS under EMIR** - [DOC](#)

ESMA Guidelines on **risk factors under the Prospectus Regulation** - Final Report - [DOC](#)

ESMA clarifies format for **disclosure of risk factors in prospectuses** - [DOC](#)

ESMA advises commission on information **document for takeover, merger and divisions** - [DOC](#)



ESMA publishes the first Q&As relating to the **prospectus regulation** - [DOC](#)

ESMA fines fitch €5,132,500 for breaches of **conflict of interest requirements** - [DOC](#)

Notice of ESMA's product intervention renewal decision in relation to **binary options** - [DOC](#)

EU enforcers focus on **new IFRS standards and non-financial information** - [DOC](#)

ESMA to renew **restrictions on CFDS for a further three months** from 1 May - [DOC](#)

ESMA **reappoints the chair, João Sousa Gíão**, of its Supervisory Convergence Standing Committee - [DOC](#)

ESMA registers UNAVISTA TRADECHO B.V. as **trade repository** - [DOC](#)

ESMA Q&As clarify **benchmark disclosure obligations for UCITS** - [DOC](#)

ESMA updates **AIFMD Q&As** - [DOC](#)

ESMA updates its **MAR Q&A** - [DOC](#)

Steven Maijoor Keynote speech - Better Finance 10th Anniversary 2019 - [DOC](#)

ESMA **newsletter** n.º 3 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA publica versões em língua portuguesa das **Orientações sobre a interpretação e aplicação harmonizada dos critérios STS em titularização** - [DOC](#)

EBA publishes final draft standards on the conditions to allow institutions to calculate **capital requirements of securitised exposures (Kirb)** in accordance with the purchased receivables approach - [DOC](#)

The Joint Committee of the ESAs publishes its **2018 Annual Report** - [DOC](#)

EBA publishes **clarifications to the second set of issues** raised by its Working Group on **APIs under PSD2** - [DOC](#)

Updated EBA Risk Dashboard confirms **continued improvements in EU banks asset quality but also low profitability levels** - [DOC](#)

EBA centralises information on **administrative sanctions or measures under AMLD4** - [DOC](#)

EBA updates **list of diversified indices** - [DOC](#)

EBA acknowledges notification from the **Austrian Financial Market Authority** - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

EU Financial Regulators **highlight risks of a no-deal BREXIT and asset price volatility** - [DOC](#)

ESAs publish Joint Advice on information and communication **technology risk management and cybersecurity** - [DOC](#)

The Joint Committee of the ESAs publishes its **2018 annual report** - [DOC](#)



ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

ESRB risk dashboard - [DOC](#)

Adverse scenario for the European Insurance and Occupational Pensions Authority's **EU-wide pension fund stress test** and for the European Securities and Markets Authority's **money market fund stress-testing guidelines** in 2019 - [DOC](#)

Adverse scenario for the European Securities and Markets Authority's 2019 **EU-wide central counterparty stress** - [DOC](#)

ESRB Secretariat staff response to Insurance Europe's position paper on the ESRB report on **macroprudential measures in insurance** - [DOC](#)

ESRB recommends **EU-wide reciprocity** of Sweden's 25% risk-weight floor for mortgage loans - [DOC](#)

Features of a macroprudential stance: initial considerations - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

Towards more **effective stewardship** - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

ALLIANCE ADVISORS

2019 Proxy Season Preview - [DOC](#)

ANACOM

Regulamento relativo à **segurança e à integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas** - [DOC](#)

BOARD AGENDA

Future-proofing financial services – Insight Report 2019 - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

CFP endossa **previsões macroeconómicas** do PE/2019 para 2019 e 2020 - [DOC](#)

Parecer n.º 1/2019: Previsões macroeconómicas subjacentes ao Programa de Estabilidade 2019-2023 - [DOC](#)

Relatório n.º 2/2019: Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2019-2023 - [DOC](#)

CGD - THE CENTER FOR GLOBAL DEVELOPMENT

Making Basel III Work for **Emerging Markets and Developing Economies** - [DOC](#)

CLIFFORD CHANCE GLOBAL M&A

Opportunities in a Changing landscape - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 13/2019: Projeto de Portaria que procede à alteração da Portaria N.º 267/2018, de 20 de Setembro - regime de tramitação eletrónica dos processos nos tribunais - [DOC](#)

COPENHAGEN ECONOMICS

Pricing of market data - [DOC](#)

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE

Global Wealth Report 2018 - [DOC](#)



DELOITTE

CFO Insights: **Unleashing Blockchain in Finance** - [DOC](#)

CFO Insights: **Getting Ready for Finance 2025** - [DOC](#)

ERC - ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Estudo “**A Desinformação – Contexto Europeu e Nacional**” - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

EuropeanIssuers' Response to the Targeted Consultation on the Update of the **Non-Binding Guidelines on Non-Financial Reporting** - [DOC](#)

EU Institutions reach an Agreement on the **Directive for Cross-border Conversions, Mergers and Divisions** - [DOC](#)

EuropeanIssuers position on the review of the **Market Abuse Regulation** - [DOC](#)

EUROSTAT

Eurostat **Data Explorer** - [DOC](#)

Euro area government deficit at 0.5% and EU28 at 0.6% of GDP - [DOC](#)

Gross domestic product (GDP) at current market prices by NUTS 2 regions - [DOC](#)

Foreign-controlled enterprises in EU: value added - [DOC](#)

FAFT - FINANCIAL ACTION TASK FORCE

Report to **G20 Finance Ministers** and **Central Bank Governors** - [DOC](#)

FINANCIAL TIMES

Portugal: a European path out of austerity? - [DOC](#)

FTSE RUSSELL

FTSE Classification of **Equity Markets** - [DOC](#)

FTSE Equity **Country Classification Process** - [DOC](#)

HOUSE OF LORDS - UK PARLIAMENT

Brexit: the customs challenge - [DOC](#)



ICC - INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE

Organizações internacionais dedicadas ao comércio lançaram um **Guia complementar de Compliance para Transações Comerciais** - [DOC](#)

IHS MARKIT

Artificial Intelligence In Banking Report - 2019 - IHS Technology - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Global Debt Database - [DOC](#)

Analytical Chapters, **World Economic Outlook**, April 2019 - [DOC](#)

Vulnerabilities in a Maturing Credit Cycle - [DOC](#)

Fiscal Monitor: Curbing Corruption - [DOC](#)

Illuminating **Economic Growth** - [DOC](#)

Framing the Debate on Fintech: Current Trends and Continuing Policy Concerns - [DOC](#)

Boosting Growth Through **Diversity in Financial Leadership** - [DOC](#)

Stress-Testing for the **Transition to a Low-Carbon Economy** - [DOC](#)

Death and Taxes: **Does Taxation Matter for Firm Survival?** - [DOC](#)

A Delicate Moment for the Global Economy: Three Priority Areas for Action - [DOC](#)

A Balanced Approach to Fintech Regulation and Innovation - at Home and Abroad - [DOC](#)

Joint Responsibility Shared Rewards: **The Managing Director's Global Policy Agenda** - [DOC](#)

Weak Spots in **Global Financial System** Could Amplify Shocks - [DOC](#)

Economic Forces, Not Tariffs, Drive Changes in **Trade Balances** - [DOC](#)

Assessing the Risk of the **Next Housing Bust** - [DOC](#)

Tackling Corruption in Government - [DOC](#)

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Portugal e Espanha: Realidade ibérica e comparações no contexto europeu - 2018 - [DOC](#)

Indicador de **confiança dos Consumidores** diminui e indicador de **clima económico** aumenta ligeiramente - Março de 2019 - [DOC](#)

As **exportações e as importações** aumentaram 4,6% e 12,8%, respetivamente, em termos nominais - Fevereiro de 2019 - [DOC](#)

A **taxa de desemprego** de janeiro situou-se em 6,6% - Fevereiro de 2019 - [DOC](#)



INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE

Norma Portuguesa - Sistema de gestão da **conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal** - [DOC](#)

MCKINSEY

Private equity comes of age - [DOC](#)

China's economic growth - [DOC](#)

Economic Conditions Snapshot, March 2019: McKinsey Global Survey results - [DOC](#)

MERCER

Global Talent Trends 2019 - [DOC](#)

NGFS - NETWORK FOR GREENING THE FINANCIAL SYSTEM

A call for action - **Climate change as a source of financial risk** - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Taxing Wages - Portugal - [DOC](#)

Taxing Wages 2019 - [DOC](#)

SMEs turning to **alternative financing instruments** as growth slows in bank lending - [DOC](#)

Harmonised **Unemployment Rates** (HURs) - [DOC](#)

Under Pressure: **The Squeezed Middle Class** - [DOC](#)

Composite Leading Indicators - [DOC](#)

Consumer Prices - [DOC](#)

France Economic Snapshot - [DOC](#)

OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

Sustainable finance in **emerging markets** and the role of **securities regulators**, Consultation Report - [DOC](#)

The Application of **Behavioural Insights** to **Retail Investor Protection** - [DOC](#)

IOSCO publishes first annual **work program to enhance the efficacy of its work** - [DOC](#)

OXERA

Stock-ing up: the **design of equity trading markets** in Europe - [DOC](#)

Gas markets, regulation and politics: **implications of the energy transition** - [DOC](#)



REFINITIV

Global Investment Banking Review - [DOC](#)

ROBERT WALTERS

The UK Fintech Revolution - [DOC](#)

UK GOVERNMENT

Cyber Governance Health Check 2018 - [DOC](#)

USC ANNENBERG

Global Communications Report - [DOC](#)

US DEFENSE

The 5G Ecosystem: Risks & Opportunities for DoD - [DOC](#)

WHARTON - UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA

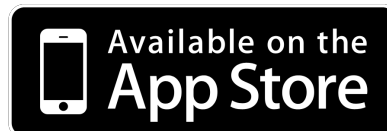
What's Really Driving Disruption (It's Not Technology) - [DOC](#)

WORLD FEDERATION OF EXCHANGES

The Future of Clearing - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO

READ

FOLLOW

LINK

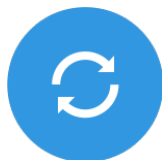
LIKE

SHARE

DISCUSS



[website](#)



[blog](#)



[linkedin](#)



[facebook](#)



[twitter](#)



[e-mail](#)

REGULATORY UPDATE

Abril 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa

Telefone: +351 21 820 49 70

Fax: +351 21 807 74 90

abel.ferreira@aem-portugal.com

www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa

Telefone: +351 213 170 996

Fax: +351 213 170 999

sofia.borges@slba.pt

www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.